

Filosofia e história

(PESQUISAS)

Ao longo dos anos, estudos de vária ordem nos levaram a investigar o campo linguístico, mormente no que se referia às instituições, pois, como disse Fustel de Coulanges^(a), «a história dum palavra pode dar-nos a história dum instituição», e, no ditame de Brunner^(b), «as palavras são a certidão de idade dos conceitos que exprimem».

Mas, como é natural, o idioma ou os idiomas em si mesmos, parte integrante da vida e da Cultura, têm o seu valor e interesse próprios.

Vamos reunir assim apontamentos dispersos, com as devidas actualizações, a par também de novas achegas, que oxalá não desmereçam da homenagem que o Arquivo Municipal Alfredo Pimenta presta agora ao seu patrono eminente no «Boletim de Trabalhos Históricos», dirigido, como aquele, pelo benemérito da Cultura vimaranense e pátria, Manuel Alves de Oliveira, Historiador e Polígrafo, que nos convidou a associar-nos à mesma homenagem.

Importa muito ao nosso estilo frisar o que outros considerariam talvez desnecessário: que, naturalmente, os apontamentos seguintes não se destinam a reproduzir pura e simplesmente o que disseram os autores, nem muito menos a demonstrar a sua incompetência... Pelo contrário, como o leitor verá — mas convém preveni-lo! — as próprias divergências, que manifestamos, tomam pé frequentes vezes em trabalhos já feitos por outrem, a desbravar terreno, e por isso elas constituem afinal uma autêntica homenagem a esses pioneiros que, por serem humanamente falíveis, podem não ter alcançado toda a verdade, — movendo-se para mais, em vários casos, no terreno das hipóteses, aliás forçoso para investigação linguística.

(a) Fustel de Coulanges, *Recherches sur quelques problèmes de l'histoire*, pág. 323, cit. por Paulo Merêa, *Novos estudos de História do Direito*, Barcelos, 1937, pág. 109 e nota 3.

(b) Brunner, *Deutsche Rechtsgeschichte*, 1.º, pág. 156, cit. *ibidem*.

Entre todos, como símbolo, fique expresso aqui o nome do nosso constantemente lembrado professor e amigo, verdadeiro Mestre em toda a acepção da palavra, que nos abriu pessoalmente horizontes à investigação (conforme temos tido ocasião de afirmar), o grande David Lopes.

Finalmente uma advertência: preferimos, em matéria de erudição, o produto nacional ao estrangeiro, quando genuíno. E, se alguém ficou por citar, deve-se isso a desconhecimento nosso, ou a esquecimento, de que pedimos desculpa e que repararemos na melhor ocasião.

O autor destas linhas gosta de repetir o célebre ditame: «Mon verre est petit, mais je bois dans mon verre», e aborrece, como Mestre Alfredo Pimenta, a infatigável casta nacional dos copiões.

E aos semidoutos, que se incomodam com algum achado alheio por não lhes ter ocorrido a eles, se merecessem alguma atenção ler-lhes-íamos um passo de Francisco Sanches Bracarense, que abrirá com chave de ouro esta humilde porta de entrada:

«...Dirás porventura:

— Que nos podes trazer tu de novo, depois de tantos e tão grandes varões? Porventura a verdade esperava por ti?

— De modo nenhum. Mas nem por eles tão-pouco esperara antes...» (°).

(1) — A

Artigo definido feminino em português, preposição e também prefixo ou partícula expletiva, — eis as qualificações que lhe são dadas geralmente.

a) *Como partícula expletiva*, tem na linguagem popular e além-Minho emprego mais vasto do que no português literário. Lembramos as considerações de José Pedro Machado (1):

«A-, partícula expletiva, de possível origem pré-romana (...), com valor intensivo: abantesma, abóbada, abrunho, adobe, amora, avenca, avoar (...). A tese latina esbarra com dificuldades (...) e padece do defeito de não encontrar exemplificação abundante na România não hispânica; menos crível ainda a que considera o art. a fundido ao vocábulo; cf. abrunho, adobe, formas masculinas».

(°) Francisco Sanches, *Quod nihil scitur*, prólogo «ao leitor». Trad. inédita de Francisco J. Vellozo, revista por Severiano Tavares. Não publicada, por entretanto haver saído a bem conhecida de Pinto de Meneses.

(1) José Pedro Machado, *Dicionário etimológico da língua portuguesa*, 2.ª ed., Lisboa, 1967, s. v.

No nosso estudo *Oestrymnis (Atlântida — Campo Elísio)*, julgamos ter provado que a língua falada no território português (e galego) do Continente europeu, e na orla fronteiriça, antes dos Romanos, pelo menos desde o séc. VII a. C., possuía o artigo masculino singular *a*, tal como sucede em berbere (por ex. *Achale* = = *a* + *Cale*)⁽²⁾.

A presença, largamente documentada, mas muito olvidada às vezes pelos Historiadores, de puros Berberes em Portugal e na Galiza durante o período árabe pode explicar além disso alguma revivescência, até porque parece a base dos respectivos idiomas primitivos a mesma.

No feminino, o artigo berbere é *ta*, que por aqui temos também em numerosos topónimos pré-romanos, v. g. nos étimos de *Tâmega*, *Távora*, *Tarouca*, *Tejo (Tagus)*, etc., como na mesma obra dissemos⁽³⁾.

Preferimos qualificar de «artigos antigos» esses prefixos ou partículas, a não lhes chamar coisa nenhuma.

b) Quanto ao artigo definido feminino português e galego a, dissemos algo no nosso trabalho *Etéria (séc. IV) e o Latim Lusitânico*, ao tratar da linguagem dessa vetusta escritora nossa⁽⁴⁾:

«*Eo, ea* (ablativo), e correspondentes *eum, eam, eos, eas*: o, a, os, as (artigo definido)... A frequência com que aparecem estas formas, sem necessidade aparente (...), faz-nos suspeitar (...) que o artigo definido português-galego (como talvez o genovês) provenha desses ablativos e acusativos, e não de *illum*, etc., como é doutrina corrente. (...) Notável é (...) que *eo, ea, eum, eam, eos, eas* precedem substantivos constantemente, numa evidência de paralelismo com o português e galego, que salta aos olhos».

Precisando a alusão ao «genovês» e acrescentando alguns exemplos, que confirmam a nossa tese, mencionaremos os citados

(2) Francisco J. Velozo, *Oestrymnis (Atlântida — Campo Elísio)*, publicado na revista «Bracara Augusta», Braga, n.ºs 4 (25) de Agosto de 1953, e segs. e em separata (158 páginas); *passim*, mas especialmente as notas 147, 309, 319, 339, 346 e 390, e texto a que se reportam.

(3) Op. cit., notas 12, 115, 119, 124, 126, 390 e 451 e *passim*; e ainda: *Troupes d'Occupation du Maroc — Service Géographique, Règles de transcription des noms indigènes, suivies de vocabulaires arabe et berbère*, Rabate, 1922, págs. 69 e segs.; e F. Nicolas, *La langue berbère de Mauritanie*, Dacar, 1953, págs. 27 e segs.

(4) Francisco J. Velozo, *Etéria (séc. IV) e o Latim Lusitânico*, Lisboa, 1966, págs. 40-41.

por G. Devoto e G. Giacomelli no seu volume *I dialetti delle regioni d'Italia*(⁵):

Ligúria: *o, a*, e contracções *do, ao* (Chiavari — Génova); *u, a* (Taggia — Imperia); *au* — contr. (Sasselo — Savona); poesia de 1887, de Martin Piaggio — *u*.

Campânia: *o, a*, e contr. *ô* (Avellino); *a* (Salerno); *ó* (Nápoles); *u, a* (Benevento).

Basilicata: *u, a*, e contr. *au* (Saponara di Grumento, hoje Grumento Nova); *u* (alternando com *lu*); *a* (Senise).

Calábria: *a* (Castrovillari — Cosenza); *o/u, a*, e contr. *du e na* (Melito di Porto Salvo — Reggio Calabria).

Sicília: *o, a*, e contr. *du* (Enna, antiga Castrogiovanni); *u*, contr. *o* (port. *ao*), pron. aberta (Ragusa — Modica).

Grandgent reconhece a *is* o valor de artigo no latim vulgar (⁶). O que indicia, ou mesmo prova, que na România deveríamos distinguir entre «línguas de *illu-* (ou *ille*), *illa-*», e «línguas de *eo/eu-*, *ea* (ou *ea-*), ou *is, ea, id*», a partir do artigo. Às primeiras pertenceriam o espanhol, o catalão, o francês, o italiano e seus «dialectos» propriamente ditos. Às segundas, pelo menos, o português e seus crioulos ou dialectos, e os dialectos, *aliás linguas*, da Itália, que referimos.

Em Cagliari, na Sardenha, parece-nos subsistir o pronome demonstrativo *is*, mesmo como plural, v. g. na expressão, que tomámos do mesmo livro de Devoto e Giacomelli: «...in *is* tempus de *is* primus Reis de Cipri...». Sendo assim, a passagem do latim vulgar ao romance corrobora a conclusão de Grandgent.

Quanto aos exemplos itálicos acima dados, quase seria escusado notar a equivalência *o = u*, que existe na nossa pronúncia também, mesmo admitindo evolução nesta.

Williams opina que entre nós «a letra *h* foi usada antes de vogais iniciais, talvez (*sic*), no início, para indicar o hiato com a vogal final de palavra precedente; mais tarde, esquecido esse objectivo, veio a ser o *h* considerado parte da grafia regular da palavra: *ha* por *a* (artigo), etc. Também diz que «foi usado depois de consoante por *i* consonantal: *sabha* por *sabia* (arcaico)», etc. (⁷).

(⁵) Giacomo Devoto & Gabriella Giacomelli, *I dialetti delle regioni d'Italia*, Florença, 1972, págs. 18, 19, 118, 119, 134, 141 e 152, e *passim*.

(⁶) C. H. Grandgent, *Introducción al Latin Vulgar*, 3.^a ed., Madride, 1963 trad. esp. do ingl., págs. 71-72.

(⁷) Edwin B. Williams, *Do latim ao português*, 3.^a ed., Rio de Janeiro, 1975 trad. do ingl., pág. 35.

Acrescente-se que o artigo português antigo é *ho...* como em grego.

Tudo isto nos leva a considerar subjacente à falada teoria do «hiato» a necessidade de ter existido antigamente uma pronúncia do *h*, como vogal ou não. Dado que essa letra surge em palavras e posições em que nenhum hiato existe e dificilmente se pode admitir preocupação ortográfica do escriba, inclinamo-nos, neste campo das hipóteses, para uma bem mais simples, a da aspiração do *h*. Aliás mais do que hipótese, porque em português ainda há palavras iniciadas por essa aspiração: *ah, oh, eh*, etc., que o galego escreve, e bem, prepondo o *h* à consoante que este aspira: e porque na Estremadura espanhola subsiste a aspiração de palavras começadas por *h*, perto de nós portanto.

Nada tem de estranho, pois, que o *h* dos artigos antigos *ho* e *ha* derive do *e* inicial de *eo* / *eu-* e *ea* / *ea-*, artigos do latim vulgar, ou até represente uma forma de o escrever.

c) *Quanto aos verbos*, em que no galego, como no português, aparece a partícula *a-*, inicial, não encontramos explicação suficiente para isso no berbere, se a há⁽⁸⁾. Em latim, o prefixo *ad* dos verbos, em que o *d* geralmente é assimilado à consoante que se segue (salvo *iode, m* e *v*), traduz «movimento para, proximidade a, começo de acção, adição», e é prefixo separável⁽⁹⁾. Nestas condições afigura-se legítimo atribuir esse valor ao prefixo ou, se se preferir, partícula expletiva galego-portuguesa *a-*, quando se agregue a verbos, *já fóra do latim*, dando-lhes tal sentido. Mas há outro sentido expressivo que a partícula infunde aos verbos, o intensivo; e neste ponto só achamos semelhança, aliás flagrante, no anglo-saxónio, que tinha para o efeito a preposição-prefixo *ā*; o anglo-saxónio era língua sueva, logo a dum Povo, o dos Suevos, que se estabeleceu no nosso território⁽¹⁰⁾. Finalmente, para a significação causal que por vezes a partícula *a-* imprime nos verbos portugueses e galegos, lembramos em árabe os verbos derivados do verbo forte, na IV forma, construídos semelhante-

(8) Cfr. notas 2, 3 supra, e André Basset, *La Langue Berbère — Morphologie — Le verbe — Étude de thèmes*, Paris, 1929, *passim*.

(9) Cfr. Manuel Francisco Miranda, *Gramática latina*, 2.^a ed. correcta e actualizada por Arlindo Ribeiro da Cunha, Braga, 1940, pág. 180.

(10) Francisco J. Velozo, *A Lusitânia Suévico-Bizantina*, Braga, 1950, págs. 24-27 e *passim*; *Ciclo suévico-bizantino e não ciclo visigótico*, Braga, 1957, pág. 9; *Acerca da influência sueva no português*, in «A Bem da Língua Portuguesa», Lisboa XXV (1974), págs. 104-111; Introdução a João de Moura Coutinho, *São Frutuoso de Montélios*, Braga, 1978, pág. 71. — Quanto à preposição anglo-saxónica *ā*, cfr. Sweet, *Anglo-Saxon Primer*, ed. revista por Norman Davis, Oxford, 1953, pág. 39.

mente⁽¹¹⁾; não repugna pensar num substrato ideológico e mesmo numa influência do árabe no português, além dos numerosos substantivos que daquele nos vieram... A nossa Civilização é rica de legados culturais diversos!⁽¹²⁾.

(2) — À DE

Ocupando-nos do latim de Etéria ou Egéria, a monja peregrina do séc. IV, dissemos que, «mencionando (...) que em certo lugar Melquisedeque, junto de Abraão, que chegava, ofereceu a Deus as primeiras hóstias ou vítimas puras, Etéria, a — podemos dizê-lo com honra — *nossa* Etéria, emprega a preposição *ad* para exprimir o sentido de ‘ao pé de, junto de’ alguém, como a portuguesa e galega correspondente, na [frase] «vou *ao* José», ou «vou *à* Maria». Também dizemos: «Rua de São Mamede *ao* Caldas», e são conhecidas as terras com os nomes resultantes da extensão dessa preposição à própria casa ou morada da pessoa ou pessoas a que se referem: «À-dos-Cunhados», «À-dos-Francos», «À-da-Maia» (ignaramente transformada em «Damaia»), na Estremadura, ou «À-de-Barros», freguesia de Penso, concelho de Cernancelhe, — extensão que é de uso corrente no Sul de Portugal [continental] ainda hoje, pois se diz: «Vou *à* de Fulano». Eis a passagem em referência: — «In hoc loco ubi Sanctus Melchisedech *ad* venientem sanctum Abraam hostias Deo puras primus optulit» (14,2). (...) Não se deve ligar *ad* à palavra seguinte, *venientem*, para supor um acusativo absoluto»⁽¹³⁾.

Aos exemplos acima, de topónimos formados pela maneira indicada, acrescentaremos estes: «À-do-Bispo», lugar da freguesia e concelho de Penedono (que já aparece escrito «Adobispo!»), e «À-do-Baço», lugar da freguesia de Arranhó, concelho de Arruda dos Vinhos⁽¹⁴⁾; «À-dos-carros», — também dita freguesia de São Sebastião dos Carros, — concelho de Almodôvar, com nome que localiza ou identifica a «casa», não por qualquer pessoa, mas pelo que nela há ou pela serventia que tem; e «À-dos-Negros»,

(11) Cfr. A. S. Tritton, *Teach yourself Arabic*, Londres, 1955, pág. 104.

(12) Texto, revisto e aumentado, da verba «A» do estudo do A., *Interesse do idioma galego para o português*, publ. in «A Bem da Língua Portuguesa», XXII (1971), pág. 91.

(13) F. J. Velozo, *Etéria...* cit., págs. 30-31.

(14) F. Falcão Machado, *Geografia rifoneirística*, in «Língua e Cultura», Lisboa, IV (1974), pág. 157.

freguesia cujo orago é Santa Maria Madalena, concelho de Óbidos, a evidenciar a presença de Africanos, bem antiga em nossa terra ⁽¹⁵⁾, como é a de Lusitanos em África. Estes dois últimos topónimos fomos colhê-los em Leite de Vasconcelos, que também menciona «À-dos-Cunhados» e «À-dos-Francos» ⁽¹⁶⁾, incorrendo porém no erro de não acentuar o *à* (*a*, prep., + *a*, artigo) e de omitir os hífens que asseguram, por assim dizer, a unidade vocabular expressa por elementos distintos. A pronúncia, — (que só a *recta-pronúncia* irá adulterando, mercê da «falsa cultura» de tantos), — é com *a* aberto.

Os topónimos do género indiciam ao Historiador, como núcleo inicial, uma casa ou habitação importante, ou notável por qualquer motivo: económico, senhorial, étnico, familiar, etc. Logo, um lugar isolado, que nada mais tinha por que merecesse ser chamado, ou que perdeu o nome anterior pela superveniência de qualquer evento.

Como é óbvio, «À-dos-Francos» deve indicar um estabelecimento importante de indivíduos de raça franca, germânica portanto, os quais não se iriam fixar entre gente diversa senão em número apreciável. Legítimo, o considerar pois aí toda uma tribo, com disposições de segurança, que poderiam e deveriam incluir fortificações, mesmo rudimentares, ou habitações acasteladas. É de crer que esse núcleo, como os assinalados pelo topónimo «Francos» através do país, tivessem assentado arraiais no nosso território na única época em que há notícia de invasões germânicas, a partir de 409 d. C., pois, como nos elucida Paulo Orósio, não foram só os Alanos, os Vândalos e os Suevos que entraram na Península Ibérica nessa altura, mas muitos outros Bárbaros que vagueavam pelas Gálias ⁽¹⁷⁾.

O primeiro, ou os dois primeiros elementos daquela formação toponímica, *à de*, constantes, exprimem, na linguagem actual, um *movimento*, por causa da preposição *a*. Mas exprimem também o *sítio onde* estão as pessoas e coisas referenciadas.

Sendo assim, não parece difícil achar naqueles dois primeiros elementos — *à* e *de* — , até pelo simples som, o étimo respectivo:

(15) Cfr. A. A. Mendes Correia, *Da raça e do espírito*, Porto, 1940 (cap. X: *Africanos em Portugal—A propósito do «Homo Taganus»*, págs. 209-248; e Frederico de Freitas, *O Fado, canção da cidade de Lisboa*, in «Língua e Cultura», III (1973), págs. 225-237; etc.

(16) J. Leite de Vasconcelos, *Dicionário de Corografia de Portugal*, Porto, 1884.

(17) Paulo Orósio, *Historiarum adversum paganos libri septem*, liv. 7.º, cap. 40. Cfr. F. J. Velozo, *A Lusitânia...* cit., págs. 27 e segs., e nota 123.

a preposição latina *ad*, que tinha, além do mais, os dois sentidos — «para, a», e «em, junto de» — acima referidos.

Isto se tornaria bem patente, se pudéssemos escrever, em nossa ortografia oficial, por exemplo: «*ad-os-Francos*»... que, no latim lusitânico, evidenciado na *Peregrinatio*, ou *Itinerarium*, de Etéria, se diria, «com pouca corrupção» (18), desta forma: *ad eos Francos*.

Para cimentar estas conclusões, recorramos ao elenco, apresentado no nosso citado estudo (19), de locuções daquele notável escrito do século IV, que com razão o saudoso filólogo brasileiro Serafim da Silva Neto reputava (20) «documento precioso» para o estudo da língua comum:

«AD, ao pé de (14,2): *ad venientem sanctum Abraam* (...).

—, em (39,1-2, etc.): *ad Anastase aut ad Crucem*.

—, entre, no meio de (39,1): *ad nos* (...).

—, a casa de (23,1): *Ubi, dum peruenissem, fui ad episcopum* («quando cheguei, fui ao Bispo»).

No último caso poder-se-ia traduzir também em português vulgar: «à do Bispo», tal como num dos topónimos acima indicados.

Consequentemente, é inaceitável a opinião de José Joaquim Nunes, que Georg Sachs admite (21), de que se trate de locução elíptica, v. g. «vou à (casa) do sapateiro». As razões do fenómeno linguístico em apreço vão mais fundo.

(3) — ABOIM, etc.

Não vamos repetir aqui a demonstração, que julgamos feita, de o idioma falado e usado pelos Suevos ter influído largamente na língua portuguesa, nem a indicação genérica das fontes para a respectiva investigação. Também damos por averiguado que aos Suevos, e não aos Godos ou à Reconquista, se deve por via de regra atribuir os topónimos de origem germânica em nosso território, no galego e adjacências. Igualmente ficou dito noutra lugar que os Anglos (como os Saxões) e os Langobardos e outros eram Povos da mesma estirpe suévica (22).

(18) Cfr. Camões, *Lusíadas*, 1, 33.

(19) F. J. Velozo, *Etéria...*, pág. 36.

(20) Cfr. Serafim da Silva Neto, *Fontes do Latim Vulgar*—O «*Appendix Probi*» 3.ª ed., Rio de Janeiro, 1956, pág. 11.

(21) Georg Sachs, *Die germanischen Ortsnamen in Spanien und Portugal*, Iena e Lipsia, 1932, pág. 12, citando Nunes, Nomes de pessoas 1258;

(22) V. nota 10, *supra*.

Assente isto, que nos parece indiscutível em face da História, não a preconcebida ou fantasiada, mas a dos documentos — única que Alfredo Pimenta admitia —, certamente revestirá utilidade a simples lista de nomes de pessoas daquelas populações abonados em alguns textos, e confrontados com alguns nomes de lugar portugueses e galegos: assim a ordem alfabética é a dos nomes suevos. O estudo pormenorizado de cada termo impediria o objectivo que temos neste lugar: precisamente o de provar a riqueza dos topónimos de origem sueva, deixando para mais tarde aquele estudo. Admite o autor por isso a exclusão futura de algum, inconveniente menor do que deixar de fornecer material a quem os quiser tratar desde já, cientificamente, claro, pois o autor não pretende ter esse exclusivo no futuro, como não o tem no presente.

A seguir ao termo suevo é colocado, em correspondência, o topónimo que se presume com ele relacionado, e a respectiva localização por concelhos. Ainda o texto, onde foi encontrado cada um dos nomes germânicos, vai indicado sumariamente entre parênteses. Restringimo-nos, por agora, à letra «A»:

- ADALOALDUS (Paulo Diácono, *Historia Langobardica*, 4. 26) = *Adaval* (Redondo). V. adiante.
- ADDA (Beda, *Historia Ecclesiastica*, 3.21) = *Ade* (Pinhel): *Adães* (Barcelos, Chaves, Oliveira de Azeméis). V. adiante.
- ADDI (op. cit., 5.5) = *Ade* (idem). V. adiante.
- ADHULF (doc. de 972; *Patrologia Latina*, de Migne, 95.º, 382) = *Adufe* (Santo Tirso). V. adiante.
- ADULUUALD (Beda, op. cit., 2.5,8) = *Adaval* (Redondo). V. adiante.
- AEDAN (idem, 1.34), id. e EDAM (1.15; 3.3, c. 120), AEDANUS (3.3), AEDDA (Olaf von Feilitzen, *Old English Uncompounded Names and Bynames*, in «*Studia Neophilologica*», Uppsala, XL — 1968, pág. 7) = *Adães*; para «*Aedda*», também possível, *Ade*, v. adiante.
- AEDDI (Beda, op. cit., 4.2) = *Ade* (Pinhel).
- AEDILBALD (id., 5.23) = *Adaval* V. adiante.
- AEDBALDUS ou EADBALDUS (P. L., 386; documento apendice à o. c.) = *Adaval* V. adiante.
- AEDHELWULFUS (doc. de 880, P. L., 376) = *Adaiufe* (Baião, Braga, Póvoa de Lanhoso); *Adoufe* (Celorico de Basto, Vila

Real, Feira); *Adaúlfe* (Chantada ... Galiza); *Daúlfe* (Villalba ... id.). V. adiante.

AEDHILBALDUS ou AETDILBALD (doc. P. L. 372) = *Adaval*, V. adiante.

AEDILUALD (Beda, 3.22; 5.13) = *Adaval*. V. adiante.

AEDULF (doc. de 88, P. L., 376) = *Adufe* (Santo Tirso).

AEFFE (O. von Feilitzen, loc. cit.) = *Afe* (Paredes de Coura).

AEGLRIC (doc. P. L., 386; apêndice a Beda) = *Algeriz* (Braga, Valpaços); *Argeriz* (Leite de Vasconcelos. Dic. de Corografia, Porto, 1884, s. v.); *Argoriz* (Savinão-Galiza); *Argiz* (Taboada — id); *Ourique* (Ourique, Almodôvar, Lisboa, Montemor-o-Velho, Penela, Cartaxo); *Ouriz* (Taboada-Gal.); e na prov. de Orense (David Lopes, Nomes Árabes de Terras Portuguesas, colectânea, Lisboa, 1968, pág. 148); *Villaouriz* (Baleira-Gal.); *Oriz* (Vila Nova de Famalicão, Vila Verde; Castroverde-Gal.); *Uriz* (Begonte, Chantada-Gal.); *Ouril* (Monção); *Ourilhe* (Celorico de Basto); *Ourigo* (Porto, Foz do Douro; Savinão-Gal.) *Origo* (Resende). V. adiante.

AEGELRIC (doc. de 1038, P. L., 384, id.) = *Algeriz*, *Argeriz*, *Argoriz*, *Argiz* (id.).

AELDREDUS (doc. de 679, P. L., 389, id.) = *Aldreu* (Barcelos; Riotorto-Gal.).

AELFHAEH (doc. de 946, P. L., 377) = *Alfaião* (Bragança).

AETHELWALD (doc. de 946, P. L., 377) = *Adaval*. V. adiante.

AETHELWULF (doc., P. L. 375; ap. a Beda) = *Adaúlfe*, *Adoufe*, *Adaulfe*, *Daulfe*.

AETHILBALDUS (doc., P. L. 390; id.) = *Adaval*. V. adiante.

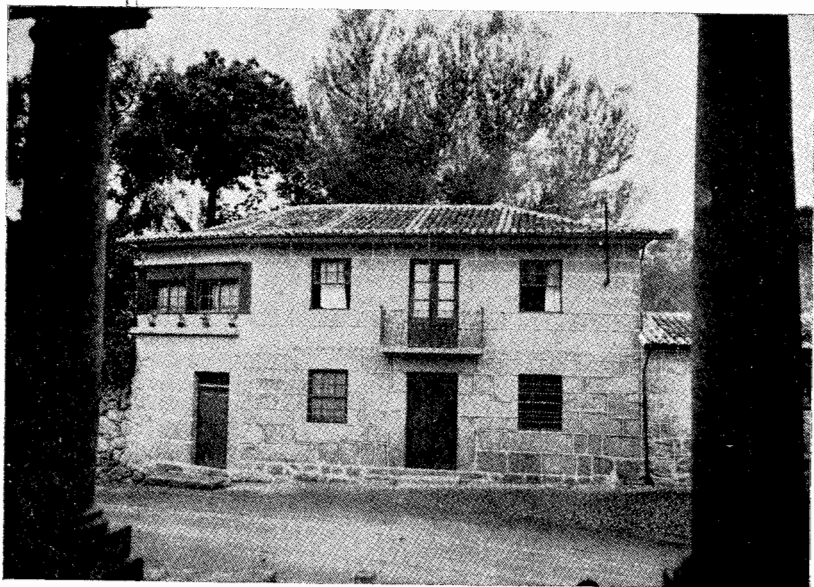
AETLA (Beda, 4.23) = *Atães* (Vila Verde, Gondomar), *Ateães* (Vila Verde, V. N. de Gaia); *Atán* (Pandón — Gal.), *Cima de Atán* (id), *Vilatán* (Savinao-Gal.), *Villatán* (Abadin — id.). V. adiante

AFA (O. von Feilitzen, loc. cit.) = *Afe* (Paredes de Coura).

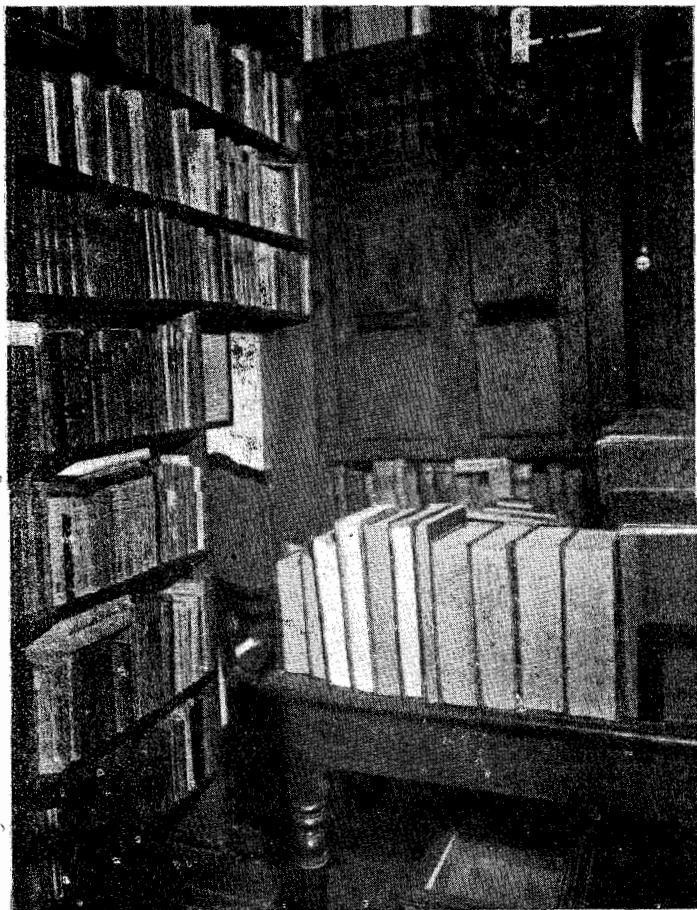
AGATHO (...nis) (Beda, 3.25), provável helenização de GATHO ou GATTO = *Gatão* (Macieira de Cambra, Paredes, Penafiel, Mértola, Cinfães, Amarante, Monforte); *Gatoy* (Valle de Oro — id.).

AGELMUNDUS ou AGILMUNDUS (P. Diác., op. cit. 1.14) = *Gemunde* (Maia, V. N. Famalicão, Guimarães); *Gimonde* (Palas de Rey — id.), *Geimonde* (Pastoriza — id.).

AGILULFUS (id. 3.34) = *Guilhufe* (Barcelos, Póvoa de Lanhoso, Penafiel, Guimarães, Viana do Castelo).



A Casa da Madre de Deus vista do alpendre da capela



O gabinete de trabalho da Casa da Madre de Deus

- AHLMUND (doc. P. L., 375) = *Almonda* (rio da Estremadura que nasce na serra de Aire e banha Torres Novas): pode ser top. pré-romano porém (*Munda*), acompanhado do artigo árabe *al*; *Alimonde* (Bragança).
- ALBOIN (P. Diácono, De gestis Langobardorum, 2. 6-9) = *Aboim* (Fafe, Amarante, Arcos de Valdevez, Vila Verde) e *Boim* (Elvas); *Alboinha*, lugar da fr. de Tebosa, Braga. Cfr. o nome próprio *Alvim*.
- ALDONUS (id. 6.6) = *Aldão* (Barcelos, Guimarães, Feira).
- ALDUULF (Beda, 2.15; 5.23) = *Adufe* (Santo Tirso).
- ALFDHRYDH (doc. de 972, P. L., 382; (ap. a Beda) = *Aldreu* (Barcelos; Riotorto-Gal.). V. adiante.
- ALHDHRYDH, matrona (doc. de 962, P. L., 377), masc.:
- ALHDHRYDHUS = *Aldreu* (id.).
- ALRIC (Beda 5.23) = *Ourique*. V. adiante.
- ALHWINI (Beda, Appendix, P. L. 374) = *Alvim*. V. adiante.
- ALUINUS (João Biclarense, Chronicon, ad ann. 573) = *Alvim*.
- ALVITH (J. Piel, Nomes germânicos na toponímia portuguesa, Lisboa, 1937, pág. 29) = *Alvite* (Baião, Celorico de Basto; Carballedo, Palas de Rey, Valle de Oro — Gal.); *Alvites* (Mirandela, Vila Real, Valpaços); *Alvito* (Barcelos, Arouca, Pombal, Óbidos, Loures, Alenquer, Lisboa, Beja); *Villavite* (Lugo e Paradela — Gal.).
- ANNA (Beda, 3.7) = *Anais* (Ponte do Lima).
- ARCUULFUS (id. 5,15) = *Argufe* (Barcelos).
- ATHELWALD (docs. de 880 e 984, P. L., 376 e 382) = *Adaval*. V. adiante.
- AUDUBALDUS ou ADUUALDUS (Beda, 2.11) = *Adaval* (id.).
- AUTHANE (J. Bicl., ad. ann. 273) = *Atães*; *Cima de Atán*, *Vilatán*, *Villatán*, *Outón* (Pastoriza — Gal.); *Outão* (Sesimbra);
- AUTHARIC ou AUTHARICH (id., ad ann. 273) = *Alderiz* (Monção).
- AYO (-nis) (P. Diácono, Hist. Langobard., 1.3) = *Aião* (Felgueiras, Resende); *Ayán* (Samos).

Na localização das povoações portuguesas, servimo-nos especialmente das obras de Leite de Vasconcelos e J. Piel, citadas, incluindo as de que estes se socorrem. Na das povoações galegas, valemo-nos do trabalho, editado por nós postumamente, de Luis Carré Alvarellós, *Toponímia sueva y gótica de la Provincia de Lugo*, Braga, 1977 (separata de «Bracara Augusta», XXXI-1977).

A resenha supra não é nem pretende ser exaustiva, e não inclui sequer ainda os nomes de personagens suevas, citados pelas crónicas, quanto ao nosso território. As nomenclaturas medievais portuguesas, em latim bárbaro ou latinizadas, têm de ser cotejadas com textos fidedignos linguisticamente, mormente os relativos a indivíduos pertencentes a Povos Suévicos.

À secura da lista e comparação acima abriremos uma excepção, quanto ao topónimo *Ourique*. A ele anda ligada a questão, muito debatida, do lugar da célebre batalha de Afonso Henriques. Alfredo Pimenta, com a sua costumada precisão, refere os documentos probatórios, que dizem: — «In loco qui dicitur *Oric...*» (*Chronicon Lamecense*); «...in loco qui dicitur *Ouric...*» (Livro de Noa de Santa Cruz de Coimbra); «... in *campo haulich...*» (*Vita Sancti Theotonii*) (23).

Hoje só conhecemos dois topónimos «Campo de Ourique», um em Lisboa, assinalando todo um bairro, outro em Montemor-o-Velho, à beira do Mondego (24). Mas outrora havia o que menciona Fernão Lopes da Castanheda (25), quando fala na «vila de sinis no *campo dourique*», portanto no Alentejo (26).

David Lopes diz, acerca das formas divergentes *Ouriz* e *Ourique*, etc., o seguinte (27):

«Como explicar esta diferença e correspondência? Na nossa opinião explica-se pelo árabe. No Sul de Portugal, como de Espanha, onde a dominação muçulmana foi mais duradoura e intensiva, os nomes de lugares de origem germânica (ou outra), que sobreviveram, não puderam evoluir, como no Norte, porque os Árabes os fixaram na forma que subsistiu sempre. (...)

A terminação romanizada *-icu (-ico)* e *-ecu (-eco)* foi representada em árabe por *-ique*».

(23) Alfredo Pimenta, *Elementos de História de Portugal*, Lisboa, 1935, págs 18-20, nota 3.

(24) David Lopes, *Os Árabes nas obras de Alexandre Herculano*, transcrição na colectânea com o nome do A., *Nomes árabes de terras portuguesas*, elaborada por J. P. Machado, pref. de F. J. Velozo, Lisboa, 1968, pág. 157.

(25) Fernão Lopes da Castanheda, *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, 3.^a ed. por Pedro de Azevedo, vol. I, Coimbra, 1924, pág. 8 (liv. I, cap. 2.^o).

(26) Duarte Nunes de Leão, *Descrição do Reino de Portugal* (acabada de escrever em 1599, mas publ. em 1610), cap. II — «Das regiões e comarcas em que se divide o reino de Portugal e das cidades, e villas, que nelle ha», a fls. 3, escreve estas palavras: — «...a provincia de antre Tejo e Guadiana, em que se encontra o *Campo de Ourique...*». Apud Tito de Sousa Larcher, *Estudos de Regionalismo*, Leiria, 1930/1 págs. 23-4.

(27) David Lopes, *op. cit.*, pág. 148.

No Centro, e até no Norte, a influência árabe foi importante igualmente, embora o domínio muçulmano demorasse menos. No entanto a explicação do saudoso Mestre é válida. Acrescentaríamos apenas que o romance, digamos, português se estabilizara sob a pressão cultural e linguística dum Povo que falava outro idioma: assim sucede em todos os países conquistados. E é surpreendente como esta verdade comezinha, relevada por tão grande Filólogo como foi David Lopes, pareça tão esquecida quando se estuda a formação e evolução do português!

Digamos por fim que na Alemanha, na Frísia Oriental (Ostfriesland) e no Baden-Wurtemberg, há em cada um destes Estados uma cidade com o nome *Aurich*, nome que, a par de outros, se encontra em documentos medievais portugueses para designar Ourique⁽²⁸⁾. Um documento de 1426 chama à cidade frísia também Aurick, nome alatinado pelo Cónego Wolter, autor da *Chronica Bremense* (séc. XV), para *Aurica*⁽²⁹⁾. Talvez o topónimo português ajude a interpretar até os alemães, sites em regiões que os puros Suevos de Tácito frequentaram, e donde vieram para cá...

Ourique, no Sul de Portugal, localiza vastos domínios (como é próprio da zona) dos Suevos nos concelhos de Sines, Ourique e Almodôvar.

E em Lisboa também. O topónimo respectivo, *Campo de Ourique* (todo o mundo profere *d'Ourique*), confina por sinal com outro, a denunciar domínio posterior de mouro ou de arabizado, *Campolide*. Este resulta evidentemente de *Campo Olide*, onde aparece o conhecido nome «Olide», aportuguesamento do antropónimo arábico «Ualide», ou, em nossa transliteração, *ualiyd*. «Campo Olide» ou «Campo Ualide» é realmente formação árabe no estado constructo, e por isso sem o *de* românico; o árabe local absorveu a palavra romance «campo» e acrescentou-lhe o antropónimo, gramaticalmente (não no ár. falado) no genitivo. Foram muitas as palavras recebidas pelos Árabes dos Povos subjulgados; em nossa

(28) *Oric*, *Ouric*, *Ourich*, *Aurich* e *Aulich*. Cfr. Alexandre Herculano, *História de Portugal*, I, pág. 482, e *Scriptores*, que reproduz os documentos respectivos, excepto um, como diz David Lopes, com estas referências, *op. cit.*, pág. 153 e nota 2.

(29) Cfr. Hofrath Wiarda, *Bruchstücke zur Geschichte und Topographie der Stadt Aurich, bis zum Jahre 1813*, Emden, 1835, págs. 2 e 5. Além de *Aurich*, diz este autor que nos documentos antigos aparecem as formas *Auwerk*, *Aurik*, *Aurike*, *Aurec*, *Aurikhaf* e *Aurikenhove*, e que um documento de 1426 (publicado por Brennensen, t. I. liv. 2., pág. 41) traz *Aurick* (pág. 2): e que o Cónego Wolter, na *Chr. Brem.*, in *Script. rer. Germ.*, t. II, alatinou o mesmo nome para *Aurica*. (Agradecemos a fotocópia deste opúsculo, assim como as informações sobre as localidades existentes na Alemanha de hoje, ao Rev. Frei Celso de Figueiredo, erudito linguísta brasileiro, que estanciou na Alemanha; e o averiguou a nosso pedido).

toponímia achamos várias, como *Alportel* a par de *Portel*, sem o artigo árabe. O nome *ualyd* está igualmente em *balad* ou *bilaad ualyd*, que deu «Valladolid», designação duma cidade espanhola⁽³⁰⁾.

(4) AÇAFATA

É uma palavra derivada de *açafate*, «por intermédio da locução *moça do açafate*», diz José Pedro Machado, que cita António Carvalho da Costa, em sua *Corografia Portuguesa* (III, 2,8, c. 35, p. 536): — «Casou com D. Antónia Tomásia de Miranda, *moça do açafate* da Senhora Infante D. Isabel de Sabóia»⁽³¹⁾.

Todavia, urge perguntar: que «açafate»? A resposta há-de ser dada em face da língua árabe

Digamos desde já que, no passo apresentado acima, a *moça do açafate* é uma ilustre senhora; e que se acha ligada a outra senhora ainda mais ilustre, porque é Princesa. A mera função de trazer e levar um açafate ou cesto pertencente à Princesa — razão apontada geralmente para a designação em causa, «açafata» ou «moça do açafate» — não bastaria para a qualificar e às outras escolhidas e jovens aias... E se não houvesse nenhum cesto?

Aquele «açafate», na verdade, não é um cesto!

Em árabe existe um termo estereotipado, na forma de plural feminino «são», mas incluindo o próprio artigo (al, com o lame assimilado ao sade — ç —, letra enfática, do substantivo originário), que é «aççaaffaat», e significa *os anjos*⁽³²⁾. Normalmente

(30) Cfr. David Lopes, *op. cit.*, págs. 172: «Cidade de Olide». Asín Palacios. *Contribución a la Toponimia árabe de Espana*, 3.^a ed., Madride-Granada, 1944, pág. 138, traduz «pueblo de Walid»: mas cita Calcaxandí que lhe chama *madiyna: ualyd* «cidade de Ualide», e Benalcátibe, que considera Valhadolide (*balad ualyd*) uma «terra de Castela», cuja longitude e latitude geográficas fixa a ocidente de Toledo V. nota 32.

(31) J. P. Machado, *Dic. cit.*, vb. «açafata».

(32) Na impossibilidade de incluir no texto caracteres árabes, que não existem nas nossas tipografias, usaremos o sistema de correspondência que propusemos no art. *A transliteração dos nomes árabes*, Guimarães, 1955, e nos deu a honra de adotar o distinto Filólogo e Arabista António Gonçalves Losa, enriquecendo-o, no seu estudo pioneiro *A dominação árabe e a toponímia a norte do Douro*, Braga, 1956, designadamente com a representação do *tá* marbuta (marbuta, fem. em ár.). Pela nossa parte, além da inovação da nota 43, passámos a usar a vogal dobrada *aa* ou *ee* para o respectivo som longo, reservando o apóstrofe (como usa José Garcia Domingues) para a uasla. O Historiador e Arabista José Garcia Domingues, num artigo intitulado *Os estudos árabes em Portugal depois de David Lopes* (in «Revista de Portugal»

constituiria plural de «çaaffa», ou, com o artigo, «aççaaffa»; mas esta palavra assumiu também o carácter de nome de unidade, colectivo, significando igualmente «Côrte Angélica» (33).

Para o nosso intento é o primeiro, — que, sem alteração de acento, daria no nosso idioma «açafate», — aquele que nos interessa.

Provém do verbo «çaff», que no idioma arábico significa «ordenar, pôr em fila, alinhar, colocar em ordem de batalha», através dum derivado da III forma, «çaaff», que significa «colocar-se em ordem de batalha, alinhar-se».

Parece-nos evidente a inspiração de «aççaaffaafat» no grego οἱ ἄγγελοι, os anjos (*hoi ángeloi*), pl. de ὁ ἄγγελος, o anjo (*ho ángelos*), que constituem não só a Côrte celeste mas o exército de Deus (Jos 5,14). Discutia-se em Bizâncio o sexo dos anjos... que evidentemente não têm sexo. Nós mencionamos esses puros espíritos no masculino; o Alcorão considera os anjos as «filhas de Deus» (16, 59; 17,42; 37,150; 43,18; 53,28), que o cercam (40,7).

Os seres angélicos servem a Deus, mas por isso mesmo é grande a sua dignidade. Cercando-O, são também guardas, que auxiliam os crentes, e constituem o exército celeste, segundo o Alcorão.

Dignidade comparável, certamente, a das damas de companhia das Princesas, embora ao nível terrestre. Elas cercam-nas, enfileiram à sua volta.

Da mesma raiz, «çaff», substantivo, significa «fila, fileira, linha, série, classe»; «uaçiyf» é o jovem servidor, o pagem, o amigo íntimo, que se diz no feminino «uaçiyfa», palavra que designa também anjo-da-guarda...

Assim, as «Moças do Açafate» (expressão que melhor escre-

XXIV — 1959, pág. 30) diz do nosso trabalho: — «Esta obra, algo curiosa, propõe uma simbologia muito discutível, pois nela figuram, simultaneamente, letras gregas e caracteres da Convenção Fonética Internacional, numa amálgama estranha». Há lapso do ilustre crítico, pois nenhum desses sinais fonéticos empregámos. Inspirámo-nos somente no método geralmente seguido para o berbere: cfr. Nicolas, *op. cit.* na nota 3; Basset na nota 7, e E. Destaing, *Dictionnaire français-berbère*, Paris, 1914, etc. Pelo contrário, o nosso crítico, não só faz uso do espírito áspero grego, mas ainda do sinal fonético (:). Com letigimidade que não lhe contestamos... assim como admitimos a de qualquer outro sistema. — Importa aliás não confundir *transliteração* com *transcrição*: grafia portuguesa de nomes árabes, como ensinou David Lopes. Cfr. *Alfaraïd Classique — Petit dictionnaire arabe-français*, Beirute, 1962, s. v.

(33) Cfr. F. Corriente, *Diccionario árabe-español*, Madríd, 1977, s. v. Como é sabido, o plural feminino serve às vezes para formar nomes de unidade (cfr. Tritton, *op. cit.*, pág. 30).

veremos com maiúsculas, para traduzir a sua posição excelsa), rodeando as Rainhas e as Infantas, formavam, com a sua juventude e inerente beleza, um como celeste coro, bem merecente do nome angélico.

Elas, em conjunto, eram o Açafate da sua senhora..., não precisavam dum cesto para tomarem esse nome.

Mas o *açafate-cesto*?

Este diz-se em árabe «çafat», palavra cuja primeira letra é uma consoante não enfática, um sine e não um sade como naquela; em que não há duplicação (xada ou táxdide) do fá, a segunda consoante, e que, em vez de um tá simples, tem um enfático por fim. Além disso, ao contrário do primeiro termo examinado, tem acento na primeira sílaba; dando-se conta disso, nota J. P. Machado a prolação do acento na passagem para português⁽³⁴⁾, fenómeno vulgaríssimo.

Em árabe os dois «açafates», ou antes, o açafate (cesto) e o Açafate (Côrte ou companhia de Princesas), pronunciavam-se de modo bem distinto, e assim sucede ainda hoje.

Para concluir:

Estas considerações, além de iluminarem a nossa História, habilitam-nos igualmente a conhecer os hábitos das Côrtes árabes.

Não esqueçamos que o nosso país, sem embargo de nunca perder a sua latinidade básica, foi, ao menos em parte, o que hoje chamaríamos um «país árabe», ou de qualquer modo, impregnou-se, durante cinco séculos, dos valores mais altos da Civilização árabe.

(5) — ADORAR

O Antigo Testamento — I Reis 19,18 — põe na boca de Deus estas palavras: — «Mas Eu pouparei em Israel sete mil, todos os joelhos que não se dobrarem ante Baal, e todas as bocas que não o beijaram».

Escreve um comentador que este beijo era atirado com a mão, que antes disso tocava a própria boca: tal o sentido primitivo do latim «adorare» (de *ad* + *os, oris*). Refere o Livro de Job 31,27, e Oseias 13,2, tal rito, conhecido fóra de Israel nos cultos estrangeiros da Síria e da Mesopotâmia⁽³⁵⁾.

(34) José Pedro Machado, *Influência arábica no vocabulário português*, vol. I, Lisboa, 1958, pág. 36.

(35) P. de Vaux, *Le cycle d'Élie dans les livres des Rois*, in *Élie le prophète*, I, Paris, 1956, pág. 68, nota c).

Diga-se de passagem que também o dobrar o joelho era comum a outros cultos, que não o judaico, designadamente o fenício de Baal, como se vê do excerpto acima e, no mesmo livro (I Reis), de 18,26.

Daqui não se segue necessariamente que tais sinais de culto hajam penetrado tardiamente na liturgia hebraica. Abraão veio do país de Ur, na Caldeia, tornando-se patriarca do Povo Israelita. Muitas tradições religiosas do país de origem lhe eram familiares. Aliás muitas das tradições religiosas da Humanidade são comuns aos Povos primitivos, todos herdeiros afinal duma só religião, esta monoteísta⁽³⁶⁾. É de notar, porque directamente nos concerne o facto, que as populações «megalíticas» professavam arraigada crença num Ser supremo, como provou D. J. Wölfel⁽³⁷⁾.

Portanto não se olhe como atrasada ou pagã a manifestação de culto popular, existente em Portugal, na Espanha, na Itália, na Grécia, etc., que se manifesta pelo ósculo, ou por atirar beijos às imagens de Deus e dos Santos, ou por beijar o pé do Menino Jesus no Natal. Lembramos o espectáculo comovedor, a que assistimos no Rio de Janeiro, numa das igrejas principais, de os fiéis irem beijar, em fila, onde aguardavam pacientemente a sua vez, a imagem venerada e terna de Santo António de Lisboa, o homem impetuoso e eloquente que a devoção representa com o Deus Menino ao colo, em atitude fagueira.

A verdade é que mesmo o exigente Catecismo do Concílio de Trento, de São Pio V, admite que, reconhecendo-se — «adorando» — ao Deus verdadeiro e onipotente como único, se preste culto — «adore» — aos anjos e aos santos, tendo consciência de que se trata de seres inferiores ao mesmo Deus, que O servem na glória; e ensina que esta última «adoração» não diminui, antes aumenta a glória e a adoração de Deus⁽³⁸⁾.

Para terminar, ouçamos as palavras de Bernardes, em adoração — ósculo — a Jesus recém-nascido⁽³⁹⁾:

(36) Mircea Eliade, *Tratado de Historia de las Religiones*, trad. esp., Madride, 1954, págs. 36-39, 51 e segs. e *passim*; A. Le Roy, *La religion des primitifs*, Paris, 1909, *passim*.

(37) Dominik Josef Wölfel, *Las religiones de la Europa preindogermánica*, in *Cristo y las Religiones de la Tierra*, trad. esp. da 2.ª ed. al., I, Madride, 1968, págs. 151 e segs.

(38) *Catecismo del Santo Concilio de Trento para los Parrocos*, ordenado por... San Pio V... Latín y castellano (trad. A. Zorita do texto de 1761), Madride, 1860, p. III, c. 3.º, n.ºs 3, 8 e segs. e 11, págs. 383 e segs.

(39) P. Manuel Bernardes, *Luz e Calor*, 5.ª ed., 2.ª parte, Porto, 1927, opúsculo 4.º, solilóquio XX (*Ternuras da alma devota ante o presépio de Deus Menino*), n.º 398, pág. 480.

«Menino da minha alma, meu eterno nascido de ainda agora, meu gracioso molhinho de amores perfeitos, minhas belezas encantadoras do coração humano; faze-me serafim, para que te ame muito; dá-me limpeza grande em meus lábios, para calçar teus pezinhos de mil ósculos santos...».

A palavra «adorar», em nossa linguagem, arrasta em si toda a riqueza das tradições.

(6) — O ANDALUZ

O capítulo III da obra de Alfredo Pimenta *Idade-Média (Problemas & soluções)* (40) intitula-se «A palavra *Hispania* nos documentos medievais» (41). Faz aí o insigne Historiador um elenco de designações da Península Ibérica através dos tempos e dos autores, que ainda hoje se lê com proveito, não obstante as achegas que a investigação posterior haja trazido para esclarecimento das questões aí suscitadas.

Nesse capítulo refere a expressão «ahl al-Andalus», colhida em Perès (42), como a usada pelos Árabes.

A informação de Perès é equívoca. Nem Alfredo Pimenta, que declarava não ter estudado o árabe, a confirma ou nega.

A palavra arábica «ahl» significa família, gente, raça.

Acha-se com o termo seguinte no estado constructo, ou seja, determinada por aquele: «gente» de quê ou de quem?

Responde o substantivo seguinte (que no árabe clássico é um genitivo, e no falado mantém essa função): «ahl al-andaluç» (43).

Resta-nos traduzir agora «al-andaluç», ou melhor, suprimindo o artigo, «-andaluç». O acento recai na primeira sílaba.

O precioso Dicionário de B. Tedjini (44) explica-nos que a palavra tem dois significados: «Andalousie» e «Andalous» (plural,

(40) Alfredo Pimenta, *Idade-Média (Problemas & Soluções)*, Lisboa, 1946.

(41) *Op. cit.*, págs. 21-61.

(42) Perès, *La Poésie andalouse en arabe classique au XI^e siècle* (cit. na pág. 24 da obra de A. Pimenta), *passim*.

(43) Representamos aqui a hâmeza do álife inicial por um hífen. No início das palavras, a transliteração, como a transcrição, omite em geral o figurar a hâmeza, a que no estudo cit. na nota 22, *A transliteração dos nomes árabes*, atribuímos como representação o espírito áspero grego, lamentando ter de o usar também para a letra aine. Ocorreu-nos posteriormente a solução, precisamente o hífen (-), que algumas línguas, que usam o alfabeto latino, adoptam no interior das palavras, e nós em português para formar compostos, e também para evitar hiatos ou assimilação de vogais.

(44) B. Tedjini, *Dictionnaire arabe-française (Maroc)*, Paris, 1948, s. v.

pois o singular — diz também — é «-andaluçiy», andaluz). Menciona mais «bilaad al-andaluç» e «barr al-andaluç» com o significado, qualquer das expressões, de «pays andalou». São estas umas formações vocabulares do género da citada por Alfredo Pimenta.

Fica assim claro que o termo em causa designava um Povo e, por último, o país respectivo, sem mais. Ainda hoje se emprega em toda a aravia.

A origem dele é cristalina.

Em 409 da nossa era, Alanos, Vândalos e Suevos com muitos outros elementos, conforme já dissemos⁽⁴⁵⁾, invadiram a Península Ibérica, passando os Pireneus. Tendo sido dizimados os Alanos, os Vândalos, que exerciam certa supremacia sobre os Suevos e, na sua principal facção, ocupavam a Bética — actual Andaluzia —, bem se podiam considerar o maior poder na Península; em 429 passam ao Norte de África maciçamente, conquistando a região⁽⁴⁶⁾.

Não representa por isso ignorância dos desprezados Berberes, como quer o aliás doutíssimo Dozy⁽⁴⁷⁾, o terem eles dado o nome dos Vândalos a toda a Península Ibérica. Na realidade só sabemos que os Árabes lhe chamaram assim. Não houve ignorância, houve lógica e respeito por uma designação que se tornara certamente comum já na altura em que o próprio Reino Vândalo de África caíra sob o domínio bizantino.

O nome latino *Vandalus* (ou *uandalus*) ou, mais tarde, *Wandalus*, era o dado a cada um dos Bárbaros dessa estirpe. Este nome inspirou evidentemente o arábico. A consoante inicial, ou semi-vogal, da pronúncia germânica, soava estranhamente ao ouvido dos Árabes, ou pouco soava; contentaram-se estes com a hâmeza, paragem glotal semelhante ao *Knacklaut* do alemão, aí de regra nas vogais iniciais. Representamo-lo por um hífen: «-andaluç».

Adoptado o nome latino singular, não teria significado que os Árabes se conformassem com o plural latino, que termina em *-i*. Não se forma assim o plural da sua língua. Portanto o mesmo nome passou a designar o próprio Povo; coisa que nada tem de estranho, pois também podemos dizer «o Vândalo conquistou, etc.», referindo-nos à Nação dos Vândalos.

(45) V. *supra*, nota 16.

(46) Cfr. F. J. Velozo, *A Lusitânia...* cit., págs. 24 e segs.

(47) *Recherches sur l'histoire et la littérature de l'Espagne pendant le Moyen Age*, I, pág. 301, 3.^a ed., cit. por J. P. Machado, *Influência...* cit., pág. 302.

Surpreendem assim naturalmente as dúvidas que a respeito do assunto foram levantadas⁽⁴⁸⁾. E é de estranhar também que muitos tradutores não saibam discernir pelo contexto quando o termo designa «os Vândalos» ou o país destes, a Península Ibérica.

Como se generalizou o costume de chamar a esta «o Andaluz», no período árabe, ou melhor, quando se trata de falar dela em tal período, importa acrescentar algumas considerações acerca da legitimidade de tal chamadouro, como tradução de «al-andaluç».

Ele evidentemente oferece um significado bem preciso: «habitante da Andaluzia». Ora a Península Ibérica, e mesmo a Espanha, é bem maior que esta. «Andaluzia», que os Franceses e os francófonos usam muitas vezes — e Tedjini, acima citado, é um exemplo —, também não nos serve pela mesma razão, de ser província, apenas uma província ou região da vizinha Espanha.

Então?

Concordamos de bom grado que haja vantagem em respeitar o sentido etimológico da denominação árabe, como quanto aos escritores gregos a de «Ibéria», e aos romanos a de «Hispania» ou «Hispanias», até certo ponto — pois não foi assim de início no período romano, como no bárbaro ou germânico e na Reconquista⁽⁴⁹⁾.

Se buscássemos apenas a exactidão terminológica, válida por sinal para todos os tempos, não haveria que hesitar: «Península Ibérica», segundo a precisa doutrina do grande geógrafo alemão Hermann Lautensach⁽⁵⁰⁾. «Espanha», como é óbvio, não serve, depois de passar a designar Castela e, em suma, o Estado que linda com o nosso na Península, a partir de Fernando e Isabel. «Hispania» tão-pouco: é designação romana e mesmo incerta

(48) Cfr. o que refere J. P. Machado, *op. cit.*, págs. 300-3.

(49) Cfr. Alfredo Pimenta, *loc. cit.* e AA. aduzidos; F. J. Velozo, *ops. cit.* nas notas 2, 4, 10 e 12 e ainda: Introdução a obra *Estrabão: Livro III da Geografia — Primeira contribuição para uma nova edição crítica*, por F. J. V. e José Cardoso, Porto 1965; *O ciclo cultural e político suévico-bizantino*, 1953 comunicação ao IV Congresso Espanhol de Arqueologia (Braga, 1953), in «Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa», série 72.º (1954), págs. 265-74; *O interesse nacional do monacato de São Frutuoso Bracarense*, in «Bracara Augusta», III (1951), págs. 36-48; *Contribuição luso-galaica para a Reconquista* na rev. «Minia», Braga, 1945-6, págs. 100-12 e 223-37; *Ainda a contribuição luso-galaica para a Reconquista — A primeira invasão de Entre-Douro-e-Minho pelos Árabes*, in «Braga — Boletim do Arquivo Municipal», I (1949), págs. 313-28; *As origens nacionais de Portugal e Espanha e o domínio islâmico na Península*, in «Gil Vicente», Guimarães, II (1951), págs. 33-42, 69-77, 110-23, 149-56, etc.

(50) Hermann Lautensach, *Iberische Halbinseln*, 2.ª ed., Munique, 1969, págs. 17-18 e *passim*.

historicamente, salvo o uso erudito. «Ibéria», que não sofre dessas pechas, não condiz todavia com a época árabe.

O nosso Camões, e não sei se alguém antes dele, resolve-nos o problema, dizendo *Vandália* ⁽⁵¹⁾, embora aludindo só à Andaluzia, o que pouco importa, visto que assim pretende apenas traduzir a circunstância de os *Vândalos* a ela terem dado o nome. Albert Krantz procede em 1583 da mesma forma, para designar domínios vandálicos do Norte e Leste da Europa, numa obra intitulada precisamente *Wandalia* ⁽⁵²⁾. Nesta menciona o Principado da Vandália ⁽³³⁾ e o primitivo estabelecimento dos Vândalos, antes disso, no tracto marítimo setentrional da Germânia, donde os expulsaram os Saxónios ⁽⁵⁴⁾; e diz, com elogio, adiante ⁽⁵⁵⁾:

«Esta é a renovada glória daquele antigo Povo Vândalo, que não só reinou outrora em África, mas ainda imperou na Rússia, Polónia, Boémia, Dalmácia e Bulgária. Porém agora, atravessando o mar, levou o seu domínio à Suécia, e estendeu o seu poder até aos mais modernos de todos os Nórdicos, os Finlandeses».

«Vandália» é denominação dum Ducado que noutro tempo fez parte da Pomerânia (Prússia) e do antigo Mecklemburgo; é também nome de algumas localidades nos Estados Unidos. Nome bem vivo, portanto, que não devemos recluir para um domínio que foi dos Vândalos realmente, a Península Ibérica, em dado período, embora curto, da sua História.

O próprio António José da Silva, numa das suas óperas jocosas, opõe uma «Calcideia de Vandália» à Dulcineia del Toboso, a amada de Dom Quixote... ⁽⁵⁶⁾

Resta dizer que, salvas excepções bem conhecidas — e não é o caso —, os nomes de países são femininos em árabe. Logo é locução bárbara «o Andaluz».

Fiquemos pois com a autorizada versão proposta: *a Vandália*. Assim diremos, quando quisermos traduzir o arábico «al-andaluz».

⁽⁵¹⁾ Luís Vaz de Camões, *Os Lusíadas*, 3.60 (cfr. 4.9).

⁽⁵²⁾ A edição de 1583 é de Francforte do Meno. Consultámos a edição de 1619: Albert Krantz, *Wandalia. De Wandalorum vera origine, variis gentibus, crebris e patria migrationibus, regnis item, quorum vel autores vel eversores fuerunt...* Hanoviae... 1619.

⁽⁵³⁾ *Op. cit.*, 7.42., pág. 170.

⁽⁵⁴⁾ *Op. cit.*, praef., pág. 3.

⁽⁵⁵⁾ *Op. cit.*, 8.39., pág. 200.

⁽⁵⁶⁾ António José da Silva, *Vida do grande D. Quixote de la Mancha e do gordo Sancho Pança*, in *Obras completas*, prefácio e notas de José Pereira Tavares, vol. I, Lisboa, 1957, págs. 46 e 49.

(7) — HALA OU ALA?

O *Dicionário da Língua Portuguesa* de António de Moraes Silva consigna em sua 9.^a edição esta verba:

«Ala, interj. (t. pleb.) Vá, ande, siga, retire-se» (57).

O grande dicionarista brasileiro considera portanto a interjeição «ala!» um plebeísmo.

O prestimoso *Dicionário etimológico da Língua Portuguesa*, de José Pedro Machado, nas duas edições que tem, s. v. *ala*, manda ver o verbo «alar» que julga derivado, com toda a probabilidade, do italiano «alare», e este do francês «haler», com étimo germânico e o significado de «içar, subir» (58).

Se assim fosse, a expressão dos nossos marujos e pescadores «ala, arriba!» seria um pleonasma, como «sobe para cima!» (... os barcos pela praia arenosa, puxados por homens, bois ou cavalos).

No entanto a interjeição não tem o sentido «iça!» ou «sobe!», mas o dado por Moraes, que justamente frisa o carácter de plebeísmo que todos lhe reconhecemos na fala corrente, por exemplo ao dizermos: «ala, que se faz tarde!».

Não pode haver dúvidas sobre tal carácter. Com efeito, em língua árabe existe precisamente a interjeição (partícula) «hala» (59) que é voz para incitar os cavalos a andar ... os belos cavalos que nos trouxeram os Árabes...

Que muito, se interjeições como «arre!» e «xó!», destinadas às bestas, muitas vezes são dirigidas, por acinte ou mofa, a pessoas?

O castelhano, herdeiro do árabe como o português, possui justamente a interjeição «hala!», com o mesmo significado da nossa, mas com um *h* inicial.

De igual forma se escreve na Galiza.

Assim deveríamos também grafar em português.

Seria puro dispêndio de erudição exarar aqui as várias sugestões ou hipóteses acerca da etimologia da palavra em causa. Na verdade, em face do que fica dito, ousamos considerar o assunto esclarecido.

Baste anotar que Tedjini, no seu dicionário de ár. marroquino,

(57) António de Moraes Silva, *Dicionário da Língua Portuguesa*, 9.^a ed., Lisboa, s/d., s. v.

(58) V. nota 1. A 1.^a edição é de 1952.

(59) Cfr. *Alfaratd Classique*, cit., s. v.

indica para *yaa allaah* a trad. fr. «allons!», literalmente porém «ó Deus!»; e que o *Diccionario de la Academia Española* (Madride, 1947), vv. «ala» e «hala», considera aquela expressão o étimo respectivo. Tese absurda, pois neste caso em castelhano daria «*yala*» e em port. «*jala*», ou melhor, «*jalá*» (como «oxalá»).

(8) — O POÇO DO BORRATÉM

Na Baixa de Lisboa, na rua deste nome, havia um poço com uma ou duas bicas ou torneiras, aonde iam encher as bilhas os aguadeiros e as vizinhas. Até há uns anos ainda serviam, nos baixos dum casa que por cima delas fora construída.

Recentemente, com a vaga de estragos que assola novamente a cidade de Lisboa a pretexto de a modernizar, o espaço das bicas e do poço foi ocupado por uma loja. Talvez se quisesse afugentar pela sêde o espectro de João das Regras, que ainda assista na sua velha casa fronteira... para não mais a proteger das destruições que, — anos passados sobre as perpetradas pela vereação de Salvação Barreto na Rua da Palma e Mouraria, — se aproximam da zona a passos agigantados!

Deixemos porém isto e o «Grão Doutor»... Atentemos no nome «Poço do Borratém».

O nosso saudoso Mestre, David Lopes, escreveu num dos seus trabalhos, *Toponímia árabe de Portugal*, cuja reedição tivemos a honra de promover⁽⁶⁰⁾, o seguinte:

«*Borratém*. Nome de via pública em Lisboa: é *ber atten(e)*, «poço da figueira». Ainda hoje ali está o poço. Ao lado ficava a «Praça da Figueira», hoje mercado principal da cidade com o mesmo nome da praça. É bem sabido que no nosso país é frequente haver uma figueira ao pé de cada poço. A forma *borr-* por *ber-* deve ser devida à palavra vulgar e corrente *borra*. Em documentos antigos chama-se-lhe *Baratem* e *Barrotem*»⁽⁶¹⁾.

E cita em nota Pedro de Azevedo, no «Arqueólogo Português»,

(60) David Lopes, *Toponímia árabe de Portugal*, in «Revista Lusitana», vol. XXIV, 1922, págs. 257-73, reeditado no volume: David Lopes, *Nomes árabes de terras portuguesas*, cit. págs. 159-177.

(61) Colectânea cit., págs. 171-172. «Sobre estas duas formas [*Baratem* e *Barrotem*] vj.: Pedro de Azevedo, no «Arqueólogo Português», p. 259, onde as documenta em 1455. Em 1473, porém, o mesmo investigador encontrou um *Borratem* (id., p. 258)», — diz J. P. Machado, *Influência...* cit., vol. II, 1961, pág. 32.

V, pág. 259. A forma mais antiga é «Baratem», em documento de 1455; em 1473 aparece noutro «Borratem»⁽⁶²⁾. Gil Vicente, no *Pranto de Maria Parda*, trova:

«... e diz ho enxemplo dioso
que bem passa de golloso
ho que come o que não tem
muyta agoa em *Boratem*
e no *poço do tinhoso*»,

como lembra J. P. Machado⁽⁶³⁾.

Sabendo-se que a forma mais antiga é «Baratém», logo nos surge à mente um vocábulo árabe «bahra», cujo dual vulgar é «bahratayn» ou «bahrateyn». Aquele termo significa, segundo um dicionário árabe-francês⁽⁶⁴⁾, «bassin, vivier, étang, pays, jardin». Como se trata de lugar de águas, cremos que se deve interpretar «pôça, charco», ou mesmo «poço». Logo o dual (forma gramatical de que só temos vestígios, como «ambos» e «par») significará «duas poças, dois charcos ou poços».

Nem admira, porque o terreno, onde estavam, era alagadiço nos princípios do Reino ainda.

Praticamente, do dual em referência é fonética reprodução o português «Baratém».

E não constitui, caso único, a partir da mesma raiz.

A palavra «bahra» tem forma feminina. É masculino o substantivo «bahr», que significa «mar», e dele se faz o dual vulgar «bahreyn», dois mares, nome dum Sultanado do Golfo Pérsico, o de *Barém*, a que andam ligadas muitas recordações históricas dos Portugueses, e hoje se impõe no mercado internacional como produtor de petróleo. É forma paralela, portanto, de «Baratém».

Do auto de Gil Vicente parece resultar mesmo que no tempo deste ainda se não falava em «poço», pois não parece ficar «em Boratem» o «poço do Tinhososo» que menciona a seguir. Talvez porque os poços eram dois.

(62) J. P. Machado, *Influência...* cit., vol. II, 1961, pág. 32.

(63) *Ibidem*, citando *Compilaçam*, fls. 260 v.º, a).

(64) Cfr. *Alfaratid Classique* cit., s. v. Sobre o dual vulgar, v. por ex. J. P. Belot, *Cours pratique de langue arabe*, 5.ª ed., Beirute, 1922, n.º 127-2, pág. 104, e n.º 146 bis -3, pág. 122.

«Boratém» deve-se ter formado por dissimilação de «Baratém», e logo, como diz David Lopes, por influência de *borra*, se duplicou na primeira palavra o *r*.

Não parece conseqüentemente necessário recorrer a um hipotético «bi'r attiyñ», poço da figueira. O argumento de ser vulgar uma figueira ao pé dum poço, inverte-se: a trivialidade do caso não impunha, não justificava chamar o poço pelo atributo de ter essa árvore como acompanhante.

Já o haver uma árvore na «Praça da Figueira» explica o nome desta, como o da «Senhora da Oliveira», igreja de Guimarães, e uma vide, trazida de Trento por Dom Frei Bartolomeu dos Mártires, o do «Campo da Vinha», em Braga.

E o lugar não se chamava Figueira, mas Baratém ou Baratém, que tinha o Rossio a oeste.

Francisco J. Velozo